

A Flaskô e a Vila Operária e Popular: algumas reflexões

Vinícius Martins

Resumo

O presente artigo apresenta algumas reflexões a cerca das lições políticas que se pode tirar das relações entre o movimento dos trabalhadores da Flaskô e o Movimento de Moradia do Vale Bandeirantes que, juntos, construíram a Vila Operária e Popular e, hoje, lutam pela declaração de interesse social da fábrica, e por sua Estatização.

Através de uma breve análise desta experiência de luta pela habitação, é abordada a complexa composição social do movimento, sua estrutura, organização, direção e seu desenvolvimento político. Também é abordada a luta das diferentes classes sociais pelo espaço urbano, e as formas que ela assume na crise do capital.

As características do movimento da Flaskô, suas condições de classe, a presença de militantes organizados e sua política revolucionária, contribuíram para imprimir no movimento de moradia um caráter revolucionário, embora atravessado de contradições.

Essa experiência pode ajudar a entender as potencialidades do movimento operário quando este se organiza e se coloca na linha de frente do combate pelas reivindicações de todo o povo oprimido. E tirar as lições devidas de cada combate pode evitar erros futuros no caminho da classe operária em direção à revolução socialista.

Introdução

A Vila Operária e Popular é fruto de um movimento de ocupação organizado por moradores da região do Parque Bandeirantes, bairro de Sumaré-SP, onde a Flaskô está inserida. Construída numa área desocupada de 100 mil metros quadrados, parte do mesmo terreno onde foi implantada a Flaskô, na Vila moram atualmente mais de 350 famílias, quando o projeto original distribuiu 235 lotes de 9mx25m, no mínimo.

O caráter do movimento que levou à construção da Vila Operária e Popular, sua forma espontânea de organização e seu início desvinculado de qualquer organização política ou relação com outros movimentos, deixou marcas profundas em sua estrutura.

A ocupação ocorreu sem o prévio conhecimento da direção do movimento dos trabalhadores da Flaskô, que só tinha notícia de rumores sobre esta possibilidade.

No grupo, que iniciou o movimento de ocupação, havia mais de uma centena de famílias necessitando de um terreno onde pudessem construir sua moradia e planejar seu futuro. Em seu núcleo organizador havia, no entanto, líderes comunitários locais reais e comprometidos, mas também oportunistas de toda a sorte.

Desde o fim do século passado a pressão demográfica sobre as cidades médias, particularmente nas regiões metropolitanas, se intensificou sobremaneira. A disponibilidade de um terreno deste tamanho já era algo raro e a existência de acessos próximos, avenidas asfaltadas, comércio básico instalado, linhas de ônibus e serviços públicos como escolas e um posto de saúde na região, davam a ele um alto valor de uso.

Porém, a ocupação do espaço urbano e a produção da habitação são regidas pelo mesmo sistema que hoje rege a produção de todas as mercadorias: o sistema capitalista, baseado na propriedade privada dos meios de produção. E nele, o acesso ao espaço nunca é gratuito.

O desenvolvimento da Vila Operária e Popular foi tortuoso. De seus frutos, após mais de 6 anos de história, temos uma nova direção, sobrevivente de um amplo processo de corrupção e de substituição e mudança na composição social da Vila.

Mais de 350 famílias assentadas, uma rede de distribuição de água potável semi-improvisada – muito precária –, rede pública de energia elétrica são as principais vitórias. Mas a falta de iluminação pública, a insegurança e o racionamento e dificuldade no acesso à água, por exemplo, são questões prementes.

Do ponto de vista teórico, a especulação imobiliária e sua pressão sobre a organização dos trabalhadores no seio da ocupação deixaram também lições valiosas.

O oportunismo, a corrupção, a venda individual e, através de determinados dirigentes do movimento, muitas vezes organizada, é produto das contradições do movimento, cotidianamente pressionado pela dinâmica do mercado imobiliário. De forma alguma esse argumento visa justificar tal comportamento que, pelo contrário, foi sempre combatido. Mas é necessário explicá-lo, à luz da ciência, à luz do marxismo.

Por fim, a relação direta entre o movimento da fábrica ocupada e o movimento popular, sua articulação, as tensões e seu papel dirigente à frente do complexo mosaico de categorias pequeno-burguesas, proletárias e semi-proletárias do movimento de moradia, demonstram claramente o quão amplo é o horizonte da classe operária, e quão importante pode ser seu papel à frente do povo. Por sua posição no interior da engrenagem capitalista, ela vê mais longe, tendo uma responsabilidade especial, uma tarefa histórica para a qual é insubstituível. Porém, para além de ver mais longe, é preciso convencê-la a avançar. Esta é a tarefa dos marxistas.

O espaço urbano, a moradia e a crise do capital

No início do século XX, o tamanho e a população de uma cidade poderiam denunciar o nível de desenvolvimento da sua economia, o estágio do desenvolvimento do capitalismo numa região, seu estágio de desenvolvimento industrial. Londres, Paris, Nova York eram, sem dúvida, a prova de que nos anos de desenvolvimento e afirmação do capitalismo industrial o tamanho era documento. Mas o século XX alterou e tornou muito mais complexa essa relação.

Na análise de Marx, a cidade moderna aparece como um elemento integrante de todo o processo de sobreposição do modo de produção capitalista ao feudal:

“A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos, aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, ou países bárbaros e semi-bárbaros aos povos burgueses, o oriente ao ocidente” (Marx, Engels; [1848] 1998. p.44)

E da mesma maneira que a passagem do feudalismo ao capitalismo mercantil, e mais tarde ao estágio da revolução industrial, marca um grande desenvolvimento das forças produtivas das sociedades europeias – e mais tarde de outras partes do mundo –, ela marca uma fantástica concentração dos meios de produção e dos trabalhadores.

Portanto, os aglomerados urbanos modernos são fruto direto da espacialização do modo de produção capitalista e da relação que este impõe entre campo e cidade.

A partir desta centralização, a população urbana produz e se apropria do seu espaço de acordo com as regras do modo de produção vigente. Assim, a produção do espaço urbano moderno, como espacialização das relações de produção capitalistas, responde à lógica de reprodução do capital. Seu desenho corresponde à necessidade de organizar o espaço para organizar a própria extração da mais-valia e a produção dos

lucros. Sua própria produção é parte integrante deste processo. Sua forma se insere no complexo de instrumentos de que o capitalismo dispõe para a sua constante reprodução.

O espaço urbano – sob o capitalismo - é produto, matéria-prima, meio de produção material e de reprodução das relações sociais capitalistas.

Se durante o século XX a regra quanto ao tamanho das cidades se alterou, o século XXI consolida e aprofunda essa nova relação. As cidades que mais crescem no mundo fazem parte do chamado Terceiro Mundo. E ao invés de significar desenvolvimento, esse crescimento gera cada vez mais infortúnio.

A crise estrutural do capital, decorrente de sua incapacidade de encontrar novos mercados para sua superprodução, gera também superprodução de espaço urbano, habitado majoritariamente pelo excedente de mão-de-obra, seu exército de reserva.

Essa superprodução de “cidade” gera estruturas que colocam em questão o próprio processo de desenvolvimento urbano capitalista moderno. Em primeiro lugar, tivemos a urbanização como consequência da industrialização, que no primeiro mundo correspondeu à fase ascendente do capitalismo. Hoje, em muitas partes do mundo, em especial do Terceiro Mundo, temos a urbanização sem industrialização. Em muitas regiões da África, da América Central e da Ásia, temos a favelização sem sequer haver propriamente urbanização, uma profunda contradição de nosso tempo!

A classe trabalhadora luta pela sobrevivência. O crescimento populacional encontra abrigo nas margens dos pólos valorizados. Para sobreviver no habitat urbano, é preciso estar próximo dos serviços públicos básicos, e perto do potencial emprego. Mesmo para pedir esmola, é preciso estar próximo de onde o dinheiro circula.

Segundo publicação especial do Estado de São Paulo, em 2008, a primeira MacroMetrópole do hemisfério sul é formada pela conurbação das regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas. Com 65 municípios e 12% da população brasileira, esse “monstro” urbano tem impacto brutal no habitat dos trabalhadores.¹

A cidade de Sumaré, membro da região metropolitana de Campinas, faz parte deste monstro. Mas estando na franja da metrópole, a ocupação de seu espaço, ainda nos primeiros anos do presente milênio, apresentava algumas características semi-urbanas.

Desde os anos 1990, a região central da grande São Paulo, como exemplo gritante, perde população enquanto sua periferia ganha. Porém, na última década, essa expansão avançou pela metrópole. Uma reportagem da folha online cita o Censo 2010, que aponta que dos 39 municípios da região metropolitana de São Paulo, 34 cresceram mais que a capital nos últimos dez anos.²

Pode-se observar o mesmo processo, talvez num grau um pouco menor, na região metropolitana de Campinas. A saturação do centro obriga a ocupação mais intensa da periferia. A ocupação ainda prioritariamente horizontal dessas cidades periféricas, a existência de extensas áreas de terreno como reservas de especulação, já contrastavam com a forte pressão do crescimento demográfico em 2003.

A cidade cresceu, primeiramente, da transição da economia rural para a urbana, com forte migração. A chegada de fábricas como a 3M em 1943, e outras tantas que a seguiram acentuaram esse crescimento. O Parque Bandeirantes, bairro onde fica a Flaskô, tem sua história muito ligada à fábrica, que já chegou a empregar mais de 600 trabalhadores e desenvolveu a economia da região. A pressão demográfica contrasta

¹ Publicação especial do Estado de São Paulo: Megacidades:Grandes Reportagens.

² <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/945026-pressao-imobiliaria-deixa-sao-paulo-ilhada-por-favelas.shtml>

com a raridade de terrenos disponíveis para a moradia. Com pouca oferta, o preço da terra urbana sobe vertiginosamente.

A intensificação da apropriação do solo urbano é nada mais que o rebatimento no espaço do processo de intensificação da exploração capitalista. A burguesia, tendo cada vez menores opções de terrenos livres à disposição, apela à verticalização como forma de multiplicar o uso do solo. Os trabalhadores marginalizados, tendo o crescente custo para a compra da casa própria, necessitam também intensificar essa apropriação para sua própria sobrevivência.

Mas isso se dá por um adensamento sem grandes possibilidades de verticalização, o que demanda alto investimento de capital, que no caso dos trabalhadores não existe. A subdivisão das pequenas parcelas de terreno, em áreas pouco ou nada próprias para moradia, e sua limitada sobreposição em dois ou três andares, com estruturas precárias, dão origem a bairros precários e às favelas.

Assim, diante da luta das diferentes classes sociais pelo espaço urbano, e a intensificação de sua apropriação decorrente dessa luta, faz com que verticalização e favelização, adensamento e periferação, sejam apenas faces de uma mesma moeda.

A ocupação irregular dos poucos grandes terrenos vazios é, assim, fruto da procura por uma válvula de escape. Enquanto há novos terrenos disponíveis para a ocupação próximos à infra-estrutura urbana, o crescimento da periferia é levado a cabo principalmente pelos trabalhadores. Quando não há, os movimentos de moradia tendem a passar a ocupar prédios e outras edificações e assumem um perfil ainda mais urbano.

A necessidade de novos terrenos levou moradores do bairro Parque Bandeirantes e da região a se organizarem para a ocupação. Dentre eles, na maioria das famílias, prevalecia o sonho de ter uma casa própria e, para os que já a tinham, o sonho de ver seus filhos morando em seu próprio espaço, e não no puxadinho de seu lote.

É preciso lembrar que o custo da moradia faz parte do complexo cálculo do custo da reprodução da força de trabalho. E o salário nada mais é que o mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho. O aluguel toma recursos que poderiam ser investidos na alimentação, vestimenta e estudos. Ao mesmo tempo, do ponto de vista do capital, a exclusão da necessidade de pagar aluguel torna menor o custo de vida do trabalhador. A média dos salários é calculada a partir do menor custo possível, baseado naqueles que não pagam aluguel, pressionando os salários para baixo. Para quem não tem um terreno, a ocupação irregular é muitas vezes o único caminho possível para sobreviver com os baixos salários oferecidos.

A burguesia sabe disso. Em “A questão da habitação”, Engels explicou que se os industriais ingleses do século XIX ofereciam habitações aos operários não era por filantropia, mas para ligar os operários à fábrica e baixar o nível geral dos salários. Em caso de crise, com muitas casas à venda, seria desvantajosa a venda das casas pois os preços estariam muito baixos. Assim, estes trabalhadores eram indiretamente pressionados a se submeter aos arcos impostos pelo patrão.

No Brasil, o período desenvolvimentista e o período militar aplicaram, através do BNH e do SFH uma forte política de reforço da ideologia da casa própria.³ Como no século XIX, esta política foi uma importante medida em favor do capitalismo.

A casa é, diante deste quadro, mais que um bem básico de sobrevivência, uma mercadoria altamente fetichizada. Na Vila Operária e Popular esse fato teve enorme importância. Após a posição da Flaskô e da Cipla – proprietária do terreno – de ceder o acesso à terra aos ocupantes e associar-se ao movimento, além de abreviar o sofrimento dos membros do movimento, abriu espaço para uma nova contradição.

³ MARICATO (org), 1979.

Logo nas primeiras semanas de ocupação, o caminho foi aberto, com a condição de que os trabalhadores da fábrica fossem igualmente contemplados com um lote. Foi formada uma comissão com integrantes da ocupação e com representantes dos trabalhadores da fábrica. A partir desta iniciativa foi organizado o Movimento de Moradia do Vale Bandeirantes e lançada a luta pela Vila Operária e Popular.

Mas a tal “concessão” feita pelos trabalhadores da Cipla e da Flaskô não significava a propriedade do terreno, que pertencia ao antigo patrão da fábrica. O significado deste gesto era outro: o terreno deveria servir para reduzir o déficit habitacional dos bairros adjacentes, assim como a fábrica deveria funcionar para garantir os empregos. Era um convite a uma luta conjunta, pela Estatização da fábrica em defesa dos empregos, dos direitos e agora também da moradia.

A experiência de organização dos trabalhadores da Flaskô ofereceu novo sangue à ocupação do terreno. O salto organizacional do movimento, a criação de espaços democráticos de debate e decisão, o registro dos membros e a elaboração de um projeto para a implantação de um assentamento deram novo valor àquela área. Mais do que uma nova favela, havia uma séria luta organizada para o futuro assentamento tornar-se um bairro onde seus futuros moradores pudessem gozar de um mínimo de qualidade de vida. Mas para muitos, o que era uma válvula de escape para alcançar uma moradia digna tornou-se também um bom negócio, um negócio capitalista.

Os primeiros enfrentamentos do movimento sempre levam a baixas. Acampados, muitos sofreram com o desconforto ou o perigo da ação policial. Após a associação com a Flaskô, muitos não viam condições financeiras para a construção da casa e desistiram. Além disso, havia a pressão interna, as divergências, o cansaço. Estes negociantes oportunistas utilizaram também a pressão baseada em ameaças, em coação.

Era aberto um espaço para a substituição dos integrantes desistentes do movimento. Se antes, diante da difícil tarefa de enfrentar um movimento de ocupação, com todos os seus riscos, as fileiras do movimento eram ocupadas por aqueles que realmente precisavam, agora, com o horizonte mais aberto e a perspectiva de um assentamento planejado, outros olhos se voltavam para a Vila Operária e Popular. A solidez que os membros do movimento de moradia viam na fábrica ocupada – embora ilusória, dado que só a estatização poderia aumentar consideravelmente a segurança dos trabalhadores da Flaskô – aparecia como uma suposta garantia da posse, e da futura propriedade, para o comprador. Isso parecia diminuir os riscos de um investimento.

A diferenciação no interior do movimento levava ao comércio interno, num primeiro momento. A troca de lugares, de um terreno de melhor localização por outro de pior localização, foi o primeiro comércio, ainda tímido. Mais à frente, veio a venda propriamente dita, para terceiros, sem alteração do nome do titular na lista oficial da coordenação. Muitos continuaram a participar da assembleia semanal durante meses, para disfarçar o fato de terem já vendido seus lotes e evitar possíveis represálias. Atualmente, com parte considerável da população inicial já substituída, a revenda e a locação coram o processo de mercantilização da Vila Operária e Popular.

Porém, antes de significar apenas uma derrota, isso mostra que a Vila foi, muito longe. No início, ela não tinha nenhuma relação com um movimento organizado. Não havia quadros experientes em sua direção, nenhum critério de seleção em sua composição. E, ainda assim, foi feito um combate aberto da coordenação contra o processo de vendas, contando com amplo apoio no movimento, ao ponto de considerar-se, por uma parcela importante de seus moradores, que a venda é algo imoral.

Poderia a venda de um bem material, conquistado pelo indivíduo, ser imoral? Não seria este um direito básico do trabalhador no capitalismo? Essa é justamente a ideologia pequeno-burguesa da propriedade privada, e da casa própria. A compreensão

de que as conseqüências disso são nada menos que a dissolução do caráter progressista e revolucionário do movimento leva muitos a superar essa visão conservadora. O combate, no entanto, esbarrava nas forças associadas ao mais raso banditismo, e o risco físico era o maior impecilho ao enfrentamento aberto. Não foram poucas as ocasiões em que a coação com ameaça de violência freou o ímpeto combativo que havia na base.

De outro lado, as condições econômicas vulneráveis de muitos dos integrantes do movimento faziam com que o lote recém-conquistado fosse fonte para uma melhora nas condições momentâneas de vida. Vendia-se o futuro para sobreviver ao presente.

Tais dificuldades no interior do movimento impediram também qualquer grande avanço no debate sobre a organização da obra, sobre as possibilidades de formas coletivas de construção, financiamentos, etc. Com relação ao processo de construção das casas, a comissão não conseguiu ir mais longe que fazer convênios para reduzir custos na compra de materiais e oferecer, até certo momento, assessoria técnica.

A presença de um contingente com raízes recentes na vida rural criava uma noção individualista sobre a construção da casa. A própria opção pelas casas isoladas em lotes com quintais demonstra uma opção muito diferente das possíveis para movimentos em áreas urbanas mais adensadas. A auto-construção⁴ foi a regra.

A produção habitacional, por fim, não está apartada de todas as outras questões políticas e econômicas. Se o aumento da produção era a alavanca – e a condição – do desenvolvimento no capitalismo ascendente, a superprodução é o entrave do desenvolvimento humano. E a cidade moderna, ela mesma produto e meio de produção do capitalismo, responde imediatamente à nova fase. O maior sofrimento é sentido primeiro na periferia do sistema, pela classe trabalhadora. As cidades do terceiro mundo tornaram-se o depósito da superprodução da mercadoria “cidade”. A fase de uma produção baseada na destruição de forças produtivas leva a uma cidade precarizada, favelizada, privatizada e corroída pela crise do capital.

A questão de classe

O movimento de moradia guarda diferenças essenciais em relação ao movimento operário sindical fabril, ou com o movimento de ocupação de fábricas. Dentro do próprio movimento operário temos diferenciações quanto ao poder aquisitivo, às faixas salariais. Isso pode levar a divergências profundas na leitura dos fatos, nas táticas e estratégias de alguns trabalhadores.

Mas, cotidianamente, a produção os coloca lado a lado, em dependência recíproca. Na fábrica se tornam uma massa, e o enfrentamento cotidiano à exploração os permite o debate, as vitórias e derrotas permitem um aprendizado coletivo.

Mas, no caso do movimento popular por moradia – como a Vila Operária e Popular – a questão é mais complexa. Nele convivem operários, desempregados, pequenos comerciantes, aposentados, donas de casa, estudantes, etc. Extratos da pequena-burguesia, do proletariado e do lumpen-proletariado coabitam o mesmo movimento, e não sem conflitos profundos.

No cotidiano, os integrantes do movimento se espalham no mar da economia urbana, estando cada um num ramo e num local, cada um vivenciando individualmente o seu cotidiano, sem a possibilidade de ligar as discussões das assembléias, os confrontos com o Estado, à experiência de vida diária. A venda do CD pirata na feira, as entregas como motoboy, o assentamento de blocos, a faxina numa “casa de família” não são facilmente relacionados aos confrontos com o capital pelo direito à habitação.

⁴ Processo de construção em que o serviço é executado pelos próprios futuros moradores, sem a contratação de profissionais.

A consciência de classe, fato essencial para o desenvolvimento da luta do movimento operário, aqui não apenas é dificultada, mas, de certa forma, impossibilitada desse mesmo ponto de vista. No mínimo, a questão deve ser recolocada.

Se colocarmos a questão do ponto de vista da renda, possivelmente chegaríamos a poucas discrepâncias. Mas a forma como se produz essa renda familiar é completamente diferente entre um pequeno comerciante e um operário. Ainda que possuam a mesma renda, são classes sociais diferentes.

Ao fazer tal afirmação, de caráter econômico e sociológico, não se está afirmando que o comerciante não possa ser um revolucionário, do ponto de vista político. Apenas se está dizendo que, para isso, ele deve abandonar o ponto de vista de sua classe, para assumir o ponto de vista do proletariado. (ENGELS, MARX, 1848)

Para os trabalhadores da Flaskô, embora houvesse diferentes posições com relação a isso, era fato que apenas a conquista da estatização da fábrica daria garantias sobre o terreno. Sua história no movimento da fábrica ocupada ajudou a elevar a questão da defesa do emprego a um outro nível e muitos deles já conseguem associar sua luta na defesa da ocupação da fábrica ao combate pela revolução socialista.

Porém, mesmo entre eles a venda se alastrou, mas normalmente com outro caráter. Acima de tudo, muitos consideravam esse lote como uma compensação pelos direitos roubados pelo patrão. A maioria, no entanto, constituiu durante os primeiros anos como forte resistência à ação banditista no seio do movimento.

Numa das negociações com os Secretários de Habitação, e de Obras, o responsável pelo Departamento de Água e Esgoto (DAE-Sumaré) e o assessor de gabinete do prefeito – do PT - no ano de 2005, o Secretário de Habitação acusava o movimento de lançar um empreendimento imobiliário. A calúnia baseava-se na atividade de bandidos e oportunistas, que se mostrava um obstáculo político para o movimento. Com este argumento procurava negar o atendimento às reivindicações.

Uma forte manifestação em frente à prefeitura ajudou a mostrar ao Secretário que não se tratava de compradores, não era um condomínio, mas uma ocupação.

O movimento das fábricas ocupadas tem como mérito ter contribuído para recolocar pauta o debate sobre a centralidade da classe operária e sua tarefa histórica. Durante os últimos anos o a Flaskô teve no Movimento de Moradia um grande reforço em suas fileiras e juntos estiveram em muitos atos. Agora lutam juntos pela declaração de Interesse Social, que é parte da luta pela Estatização da fábrica e do terreno.

Mas a classe operária só é classe se organizada. A experiência da ocupação da Flaskô, que deu as bases para a construção da Vila, deve ser lembrada e estudada. Este artigo tenta mostrar que grande parte de sua história pode ser explicada por condições objetivas, por fatores de classe, a base social do movimento, sua estrutura, etc. Mas a compreensão do movimento poderia ter atenuado alguns dos percalços.

A Vila Operária e Popular deve ser tratada como mais uma evidência do papel que a classe operária pode e deve cumprir à frente dos setores oprimidos do povo. Isso já foi comprovado em diversos momentos da história mundial, desde a Revolução Russa à sua participação decisiva no levante democrático no Egito ou na Tunísia.

Ela já entrou em cena na história de nosso país por diversas vezes, e em seus combates mais recentes, a frente dos trabalhadores brasileiros, construiu o PT e elegeu um presidente operário ex-sindicalista e sua sucessora, ex-guerrilheira, para a presidência. No entanto, a reação mostra os dentes e vem lançando uma grande série de ataques. É momento de aprender com as experiências e com nossos duros combates.

Bibliografia

Davis, Mike. Planeta Favela. Campinas: Ed. Boitempo, 2006.

Engels, Friedrich. A questão da habitação. São Paulo: Ed. O Trabalho, 1998.

Estado de São Paulo. Megacidades: Grandes Reportagens. São Paulo, 2008.

Lefebvre, Henri. The production of the space. Translated by Donald Nicholson-Smith. USA: BlackWell Publishing, 1991.

Maricato, Ermínia. _____(org.)A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

Marx, Karl e Engels, Friedrich e. O manifesto Comunista. Campinas: Editora Boitempo, 1998.